

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº /2010 (Do Sr. ALEXANDRE SANTOS)

Requer seja convidada a Superintendente do Patrimônio da União do Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ), Dra. Marina Esteves, para prestar esclarecimentos, documentação e critérios adotados referentes a todos os imóveis e em especial os transferidos pela extinta Rede Ferroviária Federal S.A (RFFESA).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, XIV e art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho requerer a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidada a Superintendente do Patrimônio da União do Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ), Dra. Marina Esteves, para que, em audiência pública a ser agendada, preste esclarecimentos, apresente relação patrimonial e critérios adotados a respeito da transferência dos imóveis da exinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFESA).

JUSTIFICATIVA

Com a extinção da RFFSA em 22 de janeiro de 2007, seus bens imóveis não-operacionais foram transferidos para a União, o que trouxe uma nova e enorme demanda para a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, órgão responsável por

estabelecer critérios na destinação das propriedades, acarretando uma ação inédita no âmbito do Governo Federal, tendo em vista o volume de bens a serem vistoriados, avaliados, regularizados, incorporados e finalmente destinados pelo órgão.

Considerando que em 25 de junho de 2009 foi sancionado a Lei nº 4.201 que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de cooperação técnica com a União, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas da União e tendo em vista que há longa data existe uma demanda referente aos imóveis que pertenciam a extinta RFFESA, solicitamos maiores esclarecimentos, considerando que até o presente momento não se sabe o destino dos bens administrados pela SPU, sendo que, grande parte destes imóveis, ainda se encontram em moroso processo de transferência.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado, para que possamos obter maiores informações no que diz respeito à transferência desses imóveis e seus respectivos critérios e documentações.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 2010.

ALEXANDRE SANTOS
Deputado Federal